

Governar é servir



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade

TERESA DIB ZAMBON ATVARIS



Conselho Editorial

Presidente

MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO

MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI

MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.

RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

Coleção Estudos Medievais

Comissão Editorial

NÉRI DE BARROS ALMEIDA (COORDENADORA)

AIRES AUGUSTO DO NASCIMENTO – ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL

BRYAN WARD-PERKINS – DOMINIQUE BARTHÉLEMY

† JERUSA PIRES FERREIRA – MARIA EURYDICE DE BARROS RIBEIRO

Jacques Dalarun

GOVERNAR É SERVIR
ENSAIO SOBRE DEMOCRACIA MEDIEVAL

TRADUÇÃO
Igor S. Teixeira

REVISÃO TÉCNICA
Ivone Benedetti

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

D15g Dalarun, Jacques
Governar é servir: ensaio sobre democracia medieval / Jacques
Dalarun. – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2021.

1. Foucault, Michel, 1926-1984. 2. Idade Média – História. 3.
Democracia – História. 4. Política e governo. I. Título.

CDD – 940.1
– 321.809
– 320.9

ISBN 978-65-86253-61-0

Título original: *Gouverner c'est servir: Essai de démocratie médiévale*

Copyright © Alma Editeur, Paris, 2012
Copyright © 2020 by Editora da Unicamp

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade do autor e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Impresso no Brasil.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
Cep 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

Da religião dos fracos e dos escravos saiu uma civilização de um poder incomparável, cujo espírito constante foi de ir na contramão das aparências de poder.

MARCEL GAUCHET

Foi sobre esse jogo do governo de uns por outros, do governo cotidiano, do governo pastoral, que se refletiu durante 15 séculos como sendo a ciência por excelência, a arte de todas as artes, o saber de todos os saberes.

MICHEL FOUCAULT

SUMÁRIO

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA..... 9

PREFÁCIO..... 13

PARTE I – A SERVENTE SERVIDA

1 RETALHO 19

2 IRMÃS..... 27

3 ASSIS 37

4 RITO..... 45

5 CORPO 53

6 INVERSÕES..... 59

7 PARADOXO 69

PARTE II – A INDIGNIDADE NO PODER

1 PREMISSAS BENEDITINAS 81

2	FONTEVRAUD	87
3	PARACLETO.....	97
4	GRANDMONT I: OS DADOS.....	107
5	GRANDMONT II: CONJECTURAS.....	113
6	PREGADORES	125
7	MENORES I: ESCRITOS E LEGENDAS.....	135
8	MENORES II: CRÔNICAS.....	145
9	MENORES III: GUINADA.....	153
10	EXPERIMENTAÇÕES.....	161

PARTE III – O GOVERNO MATERNAL

1	ALBINÁRIO.....	171
2	PASTORADO	179
3	TANGENTE	189
4	BILHETE	197
5	MÃE.....	205
6	PALAVRA POR PALAVRA.....	213
7	EMENDA	223
8	RELIGAR.....	231
	ENVIO.....	241
	REFERÊNCIAS.....	249
	ÍNDICE REMISSIVO.....	277

Prefácio à edição brasileira

A IDADE MÉDIA VISITA FOUCAULT

Néri de Barros Almeida

As revoluções do século XVIII foram o ponto de inflexão de uma extraordinária mudança na imaginação política. Para começar, contrariando uma experiência cuja origem transcende os horizontes da história, foi exigido a cada um, existir sem um rei. De certa forma, ainda participamos do reordenamento que inspirou movimentos tão diferentes como a independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a Revolução Haitiana. Em razão da proximidade, os desafios que as revoluções de extração iluminista apresentaram ao século XIX foram consideravelmente maiores do que aqueles que enfrentamos. Coube, assim, ao “século da história” lidar com conquistas, perdas, fracassos, temores e, mesmo, conservadorismo das revoluções. Isso aparece na escrita histórica inovadora que produziram, por exemplo, em sua obsessão pela Atenas democrática ou pela Roma republicana e imperial, ponto de passagem entendido como necessário para a reflexão sobre sociedades sem rei, mas que conservam intenções imperialistas.

Com esse estado de espírito, a história produzida no século XIX modulou nossa imaginação histórica e também política, traçando a seu modo

as linhas de força que eram percebidas, no momento, como merecedoras de maior atenção. No que se refere à Idade Média, a imaginação histórica ficou em boa medida concentrada na exploração do nível concreto das relações políticas entre realeza e aristocracia e entre senhores e camponeses. Relações nutridas a enormes distâncias, mergulhadas na obsolescência do julgamento da história e apenas superadas pelo empreendedorismo de uma burguesia revolucionária. Por força da necessidade, outras potências históricas eram deixadas de lado e enterradas junto com o passado. No entanto, como costuma acontecer, as potências da história, desconhecidas e irreconhecíveis, seguem seus próprios caminhos até serem, talvez, reencontradas. De certa forma, foi o que fez Michel Foucault (1926-1984) – origem da reflexão desse livro – quando “por um efeito imprevisto do curso de seu pensamento, a Idade Média se mostrou central e decisiva”, como afirma Dalarun.

À luz dos compromissos do século XIX com uma modernidade radical, racional, científica e imperiosa, que pretende sublimar ideologicamente os fracassos da revolução junto às maiorias, entende-se facilmente porque a Idade Média tende a ser retratada como um passado superado, em ruptura com essa modernidade. Nisso, aliás, podiam se inspirar e documentar em uma tradição bem construída pelo humanismo renascentista, que soube impor os interesses políticos de seus mecenas, como tese histórica hegemônica. No entanto, mais interessada nas fontes e comprometida com o desenvolvimento de um método científico, a historiografia do século XIX precisava ir além no distanciamento, seja protestando caminhos antagônicos, seja afirmando o brilho de uma nova estirpe proveniente de ancestrais venerandos imortalizados em pedra.

Desse modo, a despeito da contiguidade temporal e da coincidência espacial entre a Idade Média e a Modernidade, a memória histórica das duas épocas raramente lança mão dessa continuidade em proveito mútuo. *Governar é servir* situa-se justamente neste ponto pouco frequentado. É verdade que nas últimas duas décadas o conhecimento da Idade Média se beneficiou extraordinariamente de estudos locais e realizados dentro de recortes temporais restritos, muitas vezes de poucos anos, abandonando a mais usual abordagem secular. Se esses estudos tornam mais preciso e diversificado o conhecimento do período, melhorando o refinamento do diálogo entre seus elementos internos, são menos eficazes no apoio ao diálogo entre a Idade Média e a Modernidade.

E há coisas que só são perceptíveis na mirada panorâmica que a longa duração franqueia. Os estudos sobre o poder na Idade Média são ricos em novidades. Elas protestam, por exemplo, que existiam então formas eficazes de poder público regulador das relações sociais. No entanto, a maioria desses estudos aborda o problema do poder e da governança no espaço estanque da autoridade formal. E quando incluem a Igreja – principal instituição do período pela sua abrangência e prestígio – o fazem de forma quase mecânica, buscando espelhamentos e alianças. A essa concretude, a obra de Dalarun, acrescenta os elementos imateriais da cultura. Estes enlaçam o conjunto “medieval” e lhe dão uma totalidade que atravessa o tempo.

Governar é servir resulta do diálogo de Dalarun com Foucault que parte da sugestão acatada pelo historiador ao filósofo de que uma sociedade pode ser mais bem compreendida através de suas margens. Como destaca Dalarun, para a Idade Média isso representa o desafio de compreender margens que ocupam o centro, algo que já havia sido, de certa forma, notado pelo filólogo alemão Eric Auerbach (1892-1957) em seu artigo “*Sermo humilis*”, sem resultar em uma sociologia do poder.

Seguindo a intuição foucaultiana o autor estuda a novidade franciscana na longa trajetória da inversão evangélica na pastoral cristã. O resultado é uma história política da Idade Média que resgata sua “coerência ideológica global” com uma profundidade nova. Tão importante quanto a identificação de mecanismos globais que asseguram a coesão social, é a contribuição que a Idade Média oferece à história da “governamentalidade”. Na necessidade de governar pelo convencimento e no exercício de um poder que “mais envolve do que impõe, que se abaixa para melhor agarrar”, o autor identifica o próprio modo político ocidental. Entre as potências legadas pelos franciscanos, merece ser considerada com maior gravidade em nosso presente em favor da construção de uma democracia real, a neutralização da “tentação carismática (que provém do rebanho ainda mais do que do pastor) [...] pela consciência da responsabilidade compartilhada”.

Desse modo, *Governar é servir* acrescenta mais um ponto à inquietante, longa, ainda mal conhecida e, certamente, ambígua história das potências medievais operantes em nosso tempo.

PREFÁCIO

Há mais de 30 anos aplico-me à leitura das fontes medievais; impressas ou manuscritas, conhecidas ou inéditas, geralmente em latim, às vezes em francês antigo ou em italiano antigo. Com o tempo pude perceber como elas funcionam.

Uma pequena ideia. A massa das fontes publicadas torna vão todo e qualquer projeto de leitura exaustiva. Quanto às fontes inéditas, a dificuldade de decifrar a caligrafia antiga torna inevitavelmente mais lento o avanço. O véu das línguas antigas, por mais esforços que façamos, nunca se ergue completamente sobre o sentido do texto. No entanto, desses documentos folheamos apenas ruínas.

Aos acidentes da conservação conjuga-se o foco ditado por nossos interesses. E eu não sei qual dessas duas seleções é mais aleatória. O rigor de nossa pesquisa provém do método, não dos temas. A leitura crítica das fontes, submetidas ao crivo das disciplinas de erudição, é nossa única garantia. Como diz Paul Ricœur:

Não temos nada melhor que o testemunho e a crítica do testemunho para conferir autoridade à representação histórica do passado.

Na minha geração, todo aprendiz de ciências humanas – e, bem além disso, uma grande comunidade de leitores cultos e curiosos – lia Michel Foucault. Com um bocadinho de medo por aqueles que não tinham cabeça filosófica; com júbilo constante por parte de todos. Mais praticamos do que citamos Foucault. Por pudor, por rigidez disciplinar, guardamos nossos entusiasmos juvenis em outra gaveta. Por incapacidade, às vezes, de enfrentar a complexidade de sua obra.

Da obra de Michel Foucault conservei apenas uma ideia simples. Em *História da loucura na Idade Clássica*, *Vigiar e punir*, e *Eu, Pierre Rivière*, fui, como tantos outros, infinitamente seduzido pelo paradoxo segundo o qual a centralidade de uma sociedade se lê em suas exclusões e em suas margens.

Provavelmente foi por isso que minha leitura dos documentos medievais começou pelas *Vidas* de santos eremitas. Esse pequeno povo das florestas, adepto dos desertos verdes, marcava sua marginalidade na própria topografia de sua existência, num afastamento do mundo que, com muita frequência, era também um afastamento em relação às condutas.

Mas a Idade Média me parecia se valer de um paradoxo no paradoxo. O louco, o prisioneiro e o assassino modernos estão realmente fora da sociedade. *Saint Genet: ator e mártir* é uma exceção oriunda de duas subversões: a de Jean Genet e a de Jean-Paul Sartre. Os santos medievais – os verdadeiros, aqueles cuja vida transpira nas *Vidas*, não aqueles cujas lendas, por falta de informações, não passam de floreios no vazio – demonstram condutas desviantes, mas é exatamente esse desvio que compõe a aura deles, que os consagra e, para completar, leva-os ao pináculo.

Trata-se de uma sociedade em que é abrupto o fosso entre os poderosos e os humildes, fosso eternamente simbolizado pela massa do castelo sobrestante à choça camponesa. Trata-se de uma sociedade que se apoia na dominação, ainda visivelmente ligada à força física, à arte de matar ou, pelo menos, de derrubar o adversário, dominação que justifica as exações de todos os gêneros. Trata-se de um tempo no qual o saber abre outra fissura, que parece intransponível, entre os doutos e os simples. Trata-se de um mundo de imperadores, reis, príncipes, condes, cavaleiros – e seu ramo clerical, saído das mesmas estirpes, com seus papas, cardeais, bispos, abades e cônegos, que não tinham por que invejar seus irmãos leigos em matéria de pompa e de riqueza.

Mas todos, poderosos e humildes, doutos e simples, clérigos e leigos, podem, de repente, comungar numa mesma devoção de desvalidos que denunciou a violência como injúria à criação, o poder como cegueira, o dinheiro como lepra, o saber como vaidade. Santo não apesar disso, mas por causa disso.

Esse enredo da inversão de valores poderia parecer episódico, isolado e ainda por cima grosseiro. Uma festa de loucos, loucos em Cristo. Um parêntese, uma válvula de escape, antes que a ordem do mundo voltasse a reinar. Na verdade, o enredo é estrutural. Ele pontua o milênio medieval sem deixar de ser representado várias vezes ao sabor dos ventos da Reforma, das ondas de retorno a uma observância mais estrita da vida religiosa, do detalhe dessas vidas santas, singulares e semelhantes, num ímpeto sempre fundamentado no retorno às fontes, à fonte: as Escrituras em geral e o Evangelho em particular. A madeira da cruz ao mesmo tempo a carpintaria e a farpa das sociedades medievais.

Em outras palavras: a Idade Média ocidental desenrolou-se à sombra de uma religião dominante pouco dotada para ser uma ideologia dominante, pelo menos naquelas circunstâncias políticas específicas. É o que chamo de paradoxo cristão do Ocidente medieval.

A promessa evangélica de que “os últimos serão os primeiros, e os primeiros serão os últimos” não é, *a priori*, das mais propícias a estabilizar a ordem social. Ela tampouco ameaça de verdade, uma vez que adia essa inversão à esperança do além. Semeia a perturbação.

O que ocorre ao longo do milênio medieval, mais que revoltas sociais ou revoluções políticas, são reformas religiosas em nome do Evangelho, até a Reforma protestante, que extrapola o período. Mas a inversão dos primeiros e dos últimos, na Idade Média, exerceu influência decisiva sobre o modo de governo, das comunidades religiosas em particular, pela razão de que elas pretendiam submeter-se absolutamente aos preceitos e aos conselhos do Evangelho por meio do controle contínuo da vida de cada um de seus membros em todos os aspectos, do hábito aos pensamentos, passando pelos mínimos detalhes do comportamento.

Minha hipótese é de que as comunidades religiosas medievais serviram de laboratório para a elaboração da “governamentalidade” moderna – e aí reencontro o fio das minhas leituras foucaultianas: não

uma soberania que se exerça sobre um território, mas uma arte de governar os homens que mais os reveste que os domina.

Este livro parte menos de uma indagação que de uma estupefação, de um espanto do qual nunca me refiz totalmente, em face da impressionante Idade Média: como uma sociedade de ordem(s), no singular e no plural, nas múltiplas acepções do termo *ordo*, pôde se basear numa moral da inversão e, a partir disso, inventar uma nova arte de governar?

Sobre tema tão vasto, vago e onipresente, tão difícil de delimitar com ideias claras e palavras justas, não tenho a pretensão de fazer uma síntese. Pulando essa etapa razoável, meu propósito oscila entre a leitura das fontes e o ensaio. Nas três partes que constituem este livro – a primeira, centrada num ínfimo episódio da vida de Clara de Assis; a segunda, percorrendo uma coleção de experiências religiosas institucionais dos séculos XII e XIII; a terceira, decifrando um bilhete autógrafo de Francisco de Assis –, a partir da ruminação obstinada das fontes, tomo a liberdade de enfeixar, à guisa de ensaio, as ideias que estas me inspiram.

Se o ensaio não chegar ao remate, restarão as fontes. Essas não perderam nada de seu frescor.

Parte I

A SERVENTE SERVIDA

assim, levantou-se da mesa, tirou sua capa e colocou uma toalha em volta da cintura. Depois disso, derramou água numa bacia e começou a lavar os pés dos seus discípulos, enxugando-os com a toalha que estava em sua cintura. [...]

Quando terminou de lavar-lhes os pés, Jesus tornou a vestir sua capa e voltou ao seu lugar. Então lhes perguntou: “Entendeis o que vos fiz? Vós me chamais ‘Mestre’ e ‘Senhor’, e com razão, pois eu o sou. Pois bem, se eu, sendo vosso Senhor e Mestre, lavei-vos os pés, também vós deveis lavar os pés uns dos outros. Eu vos dei o exemplo, para que façais como vos fiz”.

JOÃO 13:4-5, 12-15

RETALHO

Tomás de Celano conta a santa vida de Clara de Assis.

Redigindo a *Legenda de santa Clara virgem* (LSCV), ele evocou seu nascimento, sua família, sua conduta exemplar na casa dos pais, seu encontro com Francisco, sua entrada na religião, sua reclusão em São Damião – pequena igreja anteriormente restaurada por Francisco, que vai se tornar o mosteiro da comunidade das “Pobres Damas” –, sua nomeada. Em seguida, transgredindo a ordem cronológica, dedica-se a desenhar seu retrato moral, virtude por virtude. Começa pela mais essencial, primária, fundadora: a humildade. O capítulo que ele dedica a essa virtude é concluído com um episódio escolhido de forma bastante inteligente:

Ela lava com muita frequência os pés das serventes que chegam de fora e, quando eles estão lavados, beija-os. Uma vez em que lavava os pés de uma servente, preparava-se para beijá-los, mas aquela, não suportando tamanha humildade, retira o pé, dando um pontapé na boca de sua senhora. Esta, porém, retomou com doçura o pé da servente e imprimiu-lhe vigoroso beijo na planta.

Tomás de Celano escreveu sob encomenda. A injunção veio de Alexandre IV, papa desde 12 de dezembro de 1254, a quem Tomás endereça respeitosa e respeitosamente sua obra:

Ao santíssimo pai em Cristo, soberano pontífice pela divina providência da sacrossanta Igreja Romana, meu senhor Alexandre IV, encomenda-se frei Tomás de Celano com devota submissão, beijando devotamente seus bem-aventurados pés.

Para informar sua *Legenda de santa Clara virgem*, o hagiógrafo dispunha de um material de valor excepcional: os depoimentos das 21 testemunhas ouvidas entre 24 e 29 de novembro de 1253, na fase de instrução do processo de canonização de Clara de Assis (PC). Nascida em 1193, iniciada na religião em 1211, Clara morreu em 11 de agosto de 1253. Dois meses depois, em 18 de outubro, o papa de então, Inocêncio IV, decidia abrir seu processo de canonização. O inquérito tinha sido confiado a Bartolomeu, bispo de Espoleto. As 16 primeiras testemunhas são irmãs em religião de Clara, dentre as quais algumas a conheciam desde a infância.

A primeira, irmã Pacífica, filha de Guelfucio de Assis, limitou-se a uma menção genérica sobre o lava-pés. Como em todos os outros depoimentos do processo de canonização, seu testemunho foi feito em úmbrio, língua materna de Francisco e de Clara, depois transcrito e registrado em latim pelo notário Martinho, inserido, por fim, numa ata das sessões, em que os termos do depoimento são expressos na terceira pessoa:

Ela [Pacífica] disse também que, para com suas irmãs, essa bem-aventurada mãe [Clara] era humilde, benevolente e amável; tinha compaixão pelas doentes. Enquanto teve boa saúde, servia-as, lavava seus pés e derramava água em suas mãos.

Irmã Benvinda de Perugia, a segunda a depor, foi mais precisa:

Essa testemunha diz que, a partir do momento em que ingressou na religião, essa mãe santa Clara foi de uma humildade tão grande que lavava pessoalmente os pés das irmãs. Por isso, lavando certa vez os pés de uma servente, inclinou-se com o fim de beijar-lhe os pés. Essa servente, recolhendo os pés, bateu imprudentemente o pé na boca da bem-aventurada mãe.

A terceira testemunha, irmã Filipa, filha do finado Leonardo de Gislelio, acrescentou:

Ela também disse que foi tão grande a humildade dessa bem-aventurada mãe que a fazia menosprezar-se a si mesma. Apresentava-se às outras irmãs como se fosse